

Espelho de Correção da Questão Discursiva- Prova de Procurador Municipal

Questão Discursiva - Peça Prática Profissional

O Município *Alfa*, em observância às formalidades legais, publicou edital de licitação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de celebrar contrato administrativo para o fornecimento de bens ao Poder Público. O processo licitatório transcorreu de forma regular, sendo certo que, na fase de julgamento, constatou-se situação de empate entre as propostas apresentadas pelas sociedades empresárias XYZ e ABC, ambas entidades de grande porte.

Empregados os critérios de desempate estabelecidos em lei, o empate persistiu. Em assim sendo, o Poder Público assegurou preferência à sociedade empresária XYZ, na forma da lei. A licitação prosseguiu, encerrando-se de forma regular. Posteriormente, no curso da execução do contrato administrativo, a Administração Pública o alterou unilateralmente, ao argumento de ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, no patamar de 70% (setenta por cento).

A contratada, irrisignada com a mudança implementada, manifestou o interesse de proceder à rescisão do contrato administrativo por meio de um processo administrativo. Afirmou, ainda, que a legislação lhe garante uma série de direitos em caso de rescisão do pacto sem culpa da contratada. Nesse contexto, ao tomar ciência da controvérsia posta, o Prefeito da municipalidade solicitou à Procuradoria um parecer jurídico, de forma a tomar a melhor decisão à luz do interesse público primário.

Registre-se que não há cláusula compromissória ou compromisso arbitral no âmbito do pacto celebrado, tampouco qualquer interesse da Administração Pública em uma solução consensual do litígio.

Com base no cenário hipotético narrado e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, além dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, elabore o parecer solicitado pelo Prefeito do Município *Alfa*, em gênero dissertativo-argumentativo, abordando os itens a seguir.

- Indique os critérios de desempate que devem ser utilizados, na fase de julgamento, em caso de empate entre duas ou mais propostas.
- Persistindo o empate depois do emprego dos critérios de desempate, cite os mecanismos usados para escolher o licitante vencedor.
- Apresente o conceito de contratos administrativos e o rol de cláusulas exorbitantes.
- Avalie se a alteração unilateral implementada pelo Município *Alfa* está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- Avalie se a pretensão da sociedade empresária XYZ de proceder à rescisão do contrato administrativo, por meio de um processo administrativo, está em conformidade com a ordem jurídica.
- Em caso de extinção do contrato administrativo, indique os direitos que a sociedade empresária XYZ detém.

Espelho de Correção

Cargo: Procurador Municipal

Gabarito	Pontuação possível no item
Em caso de empate entre duas ou mais propostas, nos termos do art. 60, caput, da Lei no 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	0.00 1.50 3.00 4.50 6.00
Em igualdade de condições, na forma do art. 60, §1º, da Lei no 14.133/2021, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; II - empresas brasileiras; III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	0.00 1.50 3.00 4.50 6.00
De acordo com Rafael Carvalho Rezende Oliveira (Curso de Direito Administrativo, 9ª edição, Editora Método, página 896), contratos administrativos são os ajustes celebrados entre a Administração Pública e o particular, regidos predominantemente pelo direito público, para execução de atividades de interesse público. As cláusulas exorbitantes, inerentes aos contratos administrativos, estão previstas no art. 104 da Lei no 14.133/2021, ao prever que o regime jurídico dos contratos instituído por esta lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei; III - fiscalizar sua execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de: a) risco à prestação de serviços essenciais; b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.	0.00 1.75 3.50 5.25 7.00
A alteração unilateral implementada pelo Município Alfa não está em conformidade com a legislação de regência. Muito embora o Poder Público possa, de fato, alterar unilateralmente o contrato administrativo, nos termos do art. 124 da Lei no 14.133/2021, o percentual de redução verificado no caso concreto – 70% (setenta por cento) – ultrapassa os limites legais, que variam de	0.00 1.25

Espelho de Correção da Questão Discursiva- Prova de Procurador Municipal

vinte e cinco a cinquenta por cento, nos termos do art. 125 da Lei no 14.133/2021. Desta forma, a sociedade empresária XYZ tem direito à rescisão da avença, nos termos do art. 137, §2º, I, da Lei no 14.133/2021.	3.75 5.00
Não. No caso apresentado, a extinção do contrato administrativo poderá ocorrer, apenas, por decisão judicial, nos termos do art. 138, III, da Lei no 14.133/2021, já que não há cláusula compromissória ou compromisso arbitral no âmbito do pacto celebrado, tampouco qualquer interesse da Administração Pública em uma solução consensual do litígio.	0.00 1.25 3.75 5.00
No caso apresentado, verificando-se que a extinção do contrato administrativo se dá por culpa exclusiva da Administração, a contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e ao pagamento do custo da desmobilização, na forma do art. 138, §2º, da Lei no 14.133/2021.	0.00 1.25 3.75 5.00
Raciocínio jurídico, clareza e força persuasiva da exposição, além da correção linguística.	0.00 1.50 3.00 4.50 6.00
Pontuação máxima possível:	40